

Ministério do Planeamento e das Infraestruturas

Serviço: Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

MISSÃO: Regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste sector, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos.

VISÃO: Promover o sector da construção e do imobiliário moderno e competitivo, e contribuir para uma contratação pública de qualidade e eficiente.

LEI ORGÂNICA: Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro

Objetivos Estratégicos

OE1:	Assegurar a eficiência nos serviços prestados pelo IMPIC	
OE2:	Promover a competitividade do sector da construção e do imobiliário	
OE3:	Fomentar o desenvolvimento e o conhecimento do sector	
OE4:	Contribuir para a eficiência e a transparência na contratação pública	

Objetivos Operacionais

Eficácia										Ponderação	50,0%
O1. Aumentar a fiscalização do setor e combater a concorrência desleal										Peso	60%
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	4º Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 1. N.º de empresas inspeccionadas	1187	1056	950	25	1000	40%	604	1673	462%	Superou	
Ind 2. N.º de processos de contraordenação concluídos	436	467	425	25	475	30%	89	546	161%	Superou	
Ind 3. Rácio das queixas e reclamações tratadas face às queixas e reclamações entradas (%)	97%	82%	80%	5%	90%	30%	97%	97%	142%	Superou	
O2. Contribuir para o aumento de informação disponível sobre o setor da construção, do imobiliário e da contratação pública										Peso	30%
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	4º Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 4. N.º de estudos e análises publicados sobre as áreas reguladas	5	6	5	1	7	100%	3	5	100%	Atingiu	
O3. Aumentar os serviços disponibilizados em plataformas										Peso	10%
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	4º Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 5. N.º de procedimentos publicados no Portal BASE ao abrigo novo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto	-	-	38.000	18.000	57.000	100%	20.732	85.280	162%	Superou	

Eficiência										Ponderação	40,0%
O4. Assegurar a sustentabilidade financeira										Peso	100%
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	4º Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 6. Custo operacional por ato regulatório (€)	469 €	649 €	850 €	100 €	700 €	50%	645 €	481 €	162%	Superou	
Ind 7. Autonomia orçamental face às despesas (%)	198%	207%	120%	5%	130%	50%	32%	204%	310%	Superou	

Qualidade										Ponderação	10,0%
O5. Melhorar a qualidade do regulador junto dos/as clientes e promover a capacidade de mudança										Peso	100%
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	4º Trimestre	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind 8. Pontuação obtida na avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar sobre o regulador junto das empresas do setor da construção e do imobiliário	3,78	3,79	4	0,5	5	100%	3,98	3,98	100%	Atingiu	

Objetivos Relevantes: O1, O2 e O4

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO

IND 1	Mantém-se o valor crítico, relativamente a 2017, uma vez que também se mantém a meta face ao ano anterior
IND 2	Aumenta-se o valor crítico, relativamente a 2017, pelo facto de também se aumentar a meta face ao ano anterior
IND 3	Mantém-se o valor crítico, relativamente a 2017, uma vez que também se mantém a meta face ao ano anterior
IND 4	Mantém-se o valor crítico, relativamente a 2017, uma vez que também se mantém a meta face ao ano anterior
IND 5	Prevê-se até ao final do ano de 2018 mais 50% do valor da meta estabelecida
IND 6	Mantém-se o valor crítico, relativamente a 2017, pelo facto de também se manter a meta face ao ano anterior
IND 7	Mantém-se o valor crítico, relativamente a 2017, pelo facto de também se manter a meta face ao ano anterior
IND 8	O resultado de excelência será obter uma classificação igual ou superior a 4,5 - o que significará um grau de satisfação de Muito Bom (a escala utilizada é numérica em que 5-Muito Satisfeito; 4-Satisfeito; 3- Pouco Satisfeito; 2- Insatisfeito; 1-Muito Insatisfeito)

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2018

Recursos Humanos						
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	EFETIVOS PLANEADOS	PONTOS PLANEADOS	EFETIVOS REAL	PONTOS EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	3	60	2	40	-20
Dirigentes - Direção Intermédia e chefes de equipa	16	13	208	7	112	-96
Técnico/a Superior - (Inclui especialistas de informática)	12	104	1248	87	1044	-204
Coordenador/a Técnico/a - (Inclui chefes de secção)	9	4	36	3	27	-9
Assistente Técnico/a - (Inclui técnicos de informática)	8	34	272	31	248	-24
Assistente operacional	5	2	10	2	10	0
Total		160	1834	132	1481	-353

Recursos Financeiros				
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	AJUSTADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	13.167.299		7.697.911	5.325.921
Despesas c/Pessoal	5.624.096	7.861.506	3.990.804	3.870.702
Aquisições de Bens e Serviços	4.941.739	3.728.995	2.480.660	1.248.335
Aquisições de Bens de Capital	1.524.104	623.348	444.159	179.189
Juros e Outros Encargos	200	1.823	1.822	1
Transferências correntes	780.467	780.467	780.467	0
Outras despesas correntes	296.693	27.693	0	27.693
PIDDAC				
Outros valores				
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	13.167.299	13.023.832	7.697.911	5.325.921

Parâmetros				AVALIAÇÃO FINAL
Eficácia	Eficiência	Qualidade		
211%	236%	100%	210%	

Indicadores	Fonte de Verificação
IND 1 Número de empresas inspeccionadas	Aplicação ARPAI e Mapa de Controlo de Gestão
IND 2 Número de processos de contraordenação concluídos	Mapas de Sancionamento e Mapa de Controlo de Gestão
IND 3 Rácio das queixas e reclamações tratadas face às queixas e reclamações entradas: Número de queixas e reclamações com 1ª diligência de averiguações efetuadas nos primeiros 30 dias após a sua distribuição/ Número de queixas e reclamações entradas	Aplicação Redoc (gestão documental/tramitação de queixas e reclamações) e Mapa de Controlo de Gestão
IND 4 Número de estudos e análises publicados sobre as áreas reguladas	Portal IMPIC
IND 5 Número de procedimentos publicados no Portal BASE ao abrigo novo Decreto Lei n.º111-B/2017 de 31 de agosto	Portal BASE
IND 6 Custo operacional por ato regulatório: Custos Operacionais / Número de Atos Regulatórios	E-Pública e Mapa de Controlo de Gestão
IND 7 Autonomia orçamental face às despesas: Receitas Próprias / (Despesas Totais - Transferências)	E-Pública
IND 8 Avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar sobre o regulador junto das empresas do setor da construção e do imobiliário	Portal IMPIC

NOTAS JUSTIFICATIVAS	
IND 1	N.º de empresas que são inspeccionadas nas atividades: i) Construção; ii) Mediação Imobiliária; iii) Promoção Imobiliária; iv) Compra e Venda; v) Administração de Condomínios; vi) Plataformas Eletrónicas
IND 2	N.º de processos que, durante o ano, sejam concluídos, independentemente do ano de entrada
IND 3	Taxa de execução no tratamento de queixas e reclamações entradas neste organismo Nº queixas e reclamações com 1ª diligência de averiguações efetuadas nos primeiros 30 dias após a sua distribuição Nº queixas e reclamações entradas
IND 4	Análises e estudos periódicos da evolução dos setores regulados
IND 5	Preve-se a adequação do Portal BASE aos tipos de anúncios enviados pela INCM ao abrigo do Decreto-Lei n.º111-B/2017 de 31 de agosto bem como os blocos técnicos de dados reformulados para dar resposta às portarias que regulam o mesmo Decreto-Lei
IND 6	Custos Operacionais / N.º Atos Regulatórios Considera-se Ato Regulatório todos os títulos habilitantes que o IMPIC concede e regula: i) Novos Alvarás de Empreiteiro de Obras Públicas; ii) Novos Alvarás de Empreiteiro de Obras Particulares; iii) Alvarás Empreiteiro de Obras Públicas Alterados; iv) Alvarás Empreiteiro de Obras Particulares Alterados; v) Novos Certificados de Empreiteiro de Obras Públicas; vi) Novos Certificados de Empreiteiro de Obras Particulares; vii) Certificados de Empreiteiro de Obras Públicas Alterados; viii) Novas Licenças de Mediação; ix) N.º processos de controlo oficioso efetuados
IND 7	Receitas próprias / (Despesas Totais - Transferências) Transferências: o valor da O6, designadamente, as transferências para a AdC
IND 8	O resultado de excelência é obtido com uma classificação igual ou superior a 4,5 - o que significará um grau de satisfação de Muito Bom. A escala utilizada é numérica em que: 5 - Muito Satisfeito; 4 - Satisfeito; 3 - Pouco Satisfeito; 2 - Insatisfeito; 1 - Muito Insatisfeito

JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS	
IND 1	Durante o ano de 2018 foram desencadeadas 447 ações inspetivas (no 4º trimestre, 97 ações) em 69 concelhos de 14 distritos e 2 regiões autónomas, visando um total de 1.673 empresas inspeccionadas (no 4º trimestre 604 empresas), sendo 1.325 no setor da construção, 286 no setor do imobiliário, 61 na Promoção imobiliária e Compra e venda e Administração de condomínios e 1 de Plataformas eletrónicas. Tendo em conta a meta anual, de inspecionar 950 empresas, o indicador apresenta uma taxa de realização de 462%.
IND 2	Durante o ano de 2018 foram concluídos 546 processos de contraordenação (no 4º trimestre foram concluídos 89 processos) sendo que 42% dos quais referentes à atividade da construção, 10%, junto de empresas da fileira do imobiliário, 11% referente ao CCP e plataformas eletrónicas e os restantes 37% referente a outras atividades. O indicador apresenta assim uma taxa de realização de 161%.
IND 3	Das 1.276 queixas, denúncias e reclamações, entradas no IMPIC, foi efetuada a primeira diligência nos primeiros 30 dias em 97% dos casos (1.233), superando o indicador com uma taxa de realização de 142%.
IND 4	Durante o quarto trimestre de 2018 foram publicados três relatórios sobre as áreas reguladas pelo instituto, totalizando 5 relatórios no final do ano: Relatório de Análise Económico-Financeira das empresas do setor da construção de 2016; Relatório de Análise Económico-Financeira das empresas de mediação imobiliária de 2016; Relatório Anual da Contratação Pública de 2017; Relatório Anual do Setor da Construção de 2017; Relatório do Setor da Construção referente ao 1º semestre de 2018. O objetivo apresenta, assim uma taxa de realização de 100%.
IND 5	Durante o ano de 2018 foram comunicados no Portal BASE 85.280 procedimentos (no 4º trimestre 20.732) com data de decisão de contratar ao abrigo do novo regime do CCP (DL N.º111-B/2017, de 31 de agosto). O indicador apresenta, assim uma taxa de realização de 162%.
IND 6	Durante o ano de 2018 foram efetuados 15.312 atos regulatórios, cerca de mais 19% que em 2017. Ao nível de Custos Operacionais foi apurado um valor total de 7.364.743€, cerca de menos 12% face a 2017. Assim, tendo em conta o montante dos custos operacionais e dos atos regulatórios efetuados ao longo do ano, o resultado do indicador foi de 481€ traduzindo-se numa taxa de realização de 162%, face à meta definida de 850€. <i>Dados apurados a 31 de dezembro de 2018 (provisórios)</i>
IND 7	Durante o ano de 2018 foi cobrado um valor de receita de 14.122.277€, tendo-se apurado um valor de despesa de 7.697.911€ que englobou transferências no montante de 780.467€. Assim o peso das receitas nas despesas deduzidas das transferências apurado no final de 2018 foi de 204%, traduzindo-se numa taxa de realização de 310% face à meta definida para 2018 de 120%. <i>Dados apurados a 31 de dezembro de 2018 (provisórios)</i>
IND 8	Em conformidade com o efetuado em anos anteriores, o inquérito a realizar junto das empresas do setor da construção e do imobiliário foi realizado no último trimestre do ano e obteve a pontuação de 3,98. O objetivo foi cumprido com uma taxa de realização de 100%.